

**ATA DA 136ª REUNIÃO DA CTIL**

**DATA:** 12 e 13 de novembro de 2015.

**HORÁRIO:** 9h às 17h

**LOCAL:** Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, Salão de Eventos, Primeiro Subsolo-1S, localizada na SGAN Quadra 601, Módulo K – Brasília/DF.

**REPRESENTANTES:**

Ministério dos Transportes: Carlos Alberto Bandeira de Mello ([carlos.mello@transportes.gov.br](mailto:carlos.mello@transportes.gov.br))

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: José Silveiro da Silva ([jose.silveiro@agricultura.gov.br](mailto:jose.silveiro@agricultura.gov.br))

Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Júlio Thadeu Silva Kettelhut ([julio.kettelhut@mma.gov.br](mailto:julio.kettelhut@mma.gov.br));

Ministério do Meio Ambiente – ANA: Eldis Camargo ([eldis.camargo@ana.gov.br](mailto:eldis.camargo@ana.gov.br));

Ministério de Minas e Energia: Adão Martins Teixeira Junior ([adao.junior@mme.gov.br](mailto:adao.junior@mme.gov.br));

Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – São Paulo e Rio de Janeiro: Livia Soalheiro de Romano ([liviasoalheiro@gmail.com](mailto:liviasoalheiro@gmail.com));

Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Paraíba/Bahia: Mônica Portella Lima ([monica.lima@inema.ba.gov.br](mailto:monica.lima@inema.ba.gov.br));

Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Maranhão/Céara/Piauí: Ausentes;

Irrigantes: Wilson A. Bonança ([wilson.bonanca@cna.org.br](mailto:wilson.bonanca@cna.org.br));

Irrigantes: José Cisino M. Lones ([cisino@aiba.org.br](mailto:cisino@aiba.org.br));

Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Renato Júnior Constâncio ([renato.constancio@cemig.com.br](mailto:renato.constancio@cemig.com.br));

Indústrias: Percy Soares Neto ([psoares@cni.org.br](mailto:psoares@cni.org.br));

Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho ([azefilho@hotmail.com](mailto:azefilho@hotmail.com));

Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Ausente

Comitês e Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Carlos Eduardo do Nascimento ([comitepardo@yahoo.com.br](mailto:comitepardo@yahoo.com.br));

Organizações Não Governamentais: João Clímaco Soares ([fonasccbh@yahoo.com.br](mailto:fonasccbh@yahoo.com.br))

Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Jussara Cabral Cruz ([jussara.abrh@gmail.com](mailto:jussara.abrh@gmail.com));

**DEMAIS PRESENTES:**

Waldir Fabrício dos Santos ([waldirfabricao@aguasparana.pr.gov.br](mailto:waldirfabricao@aguasparana.pr.gov.br))

Luiz Henrique Pinheiro Silva ([luizhenrique@ana.gov.br](mailto:luizhenrique@ana.gov.br))

Edmilson Rodrigues da Costa ([edcosta@ibram.org.br](mailto:edcosta@ibram.org.br))

Bento de Godoy Neto ([bento.semarh@gmail.com](mailto:bento.semarh@gmail.com))

João Ricardo ([jrrgestor@gmail.com](mailto:jrrgestor@gmail.com))

Marco Antônio Mota Amorim ([marco.amorim@ana.gov.br](mailto:marco.amorim@ana.gov.br))

Cynthia Roberta B. Guerra ([secretaria@cbhparanaiba.org.br](mailto:secretaria@cbhparanaiba.org.br))

Deivid Lucas de Oliveira ([deivid.oliveira@fiemg.com.br](mailto:deivid.oliveira@fiemg.com.br))

João Carlos de Freitas Silva ([jcarlos.freitas@daee.sp.gov.br](mailto:jcarlos.freitas@daee.sp.gov.br))

Leobino Barrone de Araujo ([leobino@umbelino.com.br](mailto:leobino@umbelino.com.br))

Vinicius Dias de Oliveira Conceição Silva ([vinicius.silva@patri.com.br](mailto:vinicius.silva@patri.com.br))

Gilson Machado da Luz ([gilson.luz@eletronorte.gov.br](mailto:gilson.luz@eletronorte.gov.br))

Alexandre Anderaos ([alexandre.anderaos@ana.gov.br](mailto:alexandre.anderaos@ana.gov.br))

Fernanda Laus Aquino ([fernanda.aquino@ana.gov.br](mailto:fernanda.aquino@ana.gov.br))

**RELATORIA:**Roseli dos Santos Souza ( [roseli.souza@mma.gov.br](mailto:roseli.souza@mma.gov.br))

**ASSUNTOS DISCUTIDOS: Item 1 – Abertura/Informes:** O Sr. **Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** iniciou a 136ª Reunião agradecendo a Confederação Nacional da Agricultura, na pessoa do Sr. Wilson Bonança, por ter cedido o espaço para a realização da reunião. Comunicou que, em virtude de um engano na montagem da lista de representantes, foi imputado ao segmento dos Comitês de Bacia faltas indevidas. Para corrigir este erro, a Secretaria Executiva iria abonar as ausências desse segmento naquelas reuniões em que não houve a convocação do representante legal. O Sr. **Percy Soares Neto (CNI)**, solicitou explicações sobre o recebimento de ofício da Secretaria Executiva do CNRH sobre o desligamento da CNI na Câmara Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos - CTEM, em virtude de faltas. Informou que isto causou constrangimento, uma vez que o setor não tinha representação na referida Câmara. O Sr. **Julio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** pediu desculpas pelo ocorrido, dizendo que os fatos seriam averiguados e que as explicações seriam dadas à CNI. Na sequência comunicou que a próxima reunião extraordinária do CNRH se realizaria no dia 09 de dezembro. Não havendo mais informes foi solicitada uma rodada de apresentações, dando-se início ao item 2 da pauta. **Item 2 - Aprovação da Ata da 135ª Reunião da CTIL:** Foi informado que a Sec.Executiva não recebeu nenhuma sugestão de alteração da minuta da ata dentro do prazo regimental. A Sra. **Lívia Soalheiro de Romano (CERH/RJ-SP)**, entregou por escrito sugestões para correções de forma. A Ata foi aprovada com a incumbência da Secretaria Executiva realizar essas alterações. **Item 3 – Proposta de Resolução** que “estabelece diretrizes gerais para definição de derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos”. **Matéria encaminhada pela CTPOAR.** O representante designado pela CTPOAR, Sr. **Luiz Henrique Pinheiro Silva (ANA)**, informou que a matéria já havia passado pela CTIL e que acreditava que todas as dúvidas já haviam sido dirimidas. Apresentou o histórico das discussões que resultou na proposta em pauta. Pontuou que durante as 105ª à 108ª reuniões da CTPOAR, procedeu-se a revisão de toda proposta de resolução, consultando-se diretamente os segmentos que apresentaram questionamentos na 33ª Reunião Plenária do CNRH. Conclui a apresentação ressaltando que a aprovação da proposta de Resolução traria benefícios para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, atendendo a demanda dos órgãos gestores estaduais, advinda das oficinas regionais do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que permitiria aos estados aperfeiçoarem suas normas e ao SINGREH promover a regularização desburocratizada dos usuários de recursos hídricos que independem de outorga. Disse, ainda, que a discussão da norma permitiu a quebra de alguns paradigmas, ao se entender melhor sobre as questões dos usos que independem de outorga. Esclareceu que estes usos entram no balanço hídrico, devem ser cadastrados, estão sujeitos a fiscalização e que o procedimento de regularização nos órgãos gestores é muito simples. Realizou-se a leitura dos artigos da proposta de resolução, à medida que iam surgindo as dúvidas foram dados os esclarecimentos, destacando que no art. 8º estavam contempladas as preocupações referentes a diminuição das disponibilidades hídricas e das mudanças climáticas. Com vistas ao melhor entendimento da norma, sob o ponto de vista legal e institucional, foram sugeridas duas modificações ao texto. O Sr. **Percy Soares Neto (CNI)**, questionou parte do art. 11 em função do seu trecho final em que se lê “assim como as penalidades previstas na Lei 9.433, de 1997, e na legislação correlata”. No seu entendimento deveria se ater apenas às leis de recursos hídricos, em virtude da vinculação com o art.10 que se refere ao cadastro. Após debates e por sugestão do Sr. **Wilson Bonança (CNA)** foi proposta a seguinte redação para esse artigo: Aplicam-se às derivações, captações, lançamentos ou acumulações de volumes de água de pouca

expressão, considerados insignificantes, as normas relativas à fiscalização dos usos dos recursos hídricos. Por solicitação do **Sr. João Clímaco Soares (ONGS)**, houve modificação do art. 2º, que segundo ele estava tirando a responsabilidade do comitê em agir. O **Sr. Wilson Azevedo (Pescadores, Lazer e Turismo)** sugeriu inserir o termo “em caráter provisório”, ficando o parágrafo com a seguinte redação: Na inexistência de comitês de bacia ou na ausência de suas propostas, os critérios específicos de derivação, captação, lançamento ou acumulação de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, serão definidos, em caráter provisório, pelas respectivas autoridades outorgantes. Apresentadas estas considerações, a CTIL aprovou a proposta de Resolução. **Item 4 – Proposta de Resolução que “aprova os critérios para estabelecimento de acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, considerados insignificantes, para isenção da obrigatoriedade da outorga de direito de uso de recursos hídricos nos corpos d’água de domínio da União da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande”.** Matéria encaminhada pela CTPOAR. A matéria foi apresentada pelo **Sr. Luis Henrique Pinheiro Silva (ANA)**. Questionou-se se havia coerência entre esta proposta e aquela apresentada no item 3. Sendo esclarecido pelo **Sr. Luiz Henrique** que não havia incompatibilidade entre essas duas matérias, uma vez que a Deliberação 51 do CBH Verde Grande foi baseada em critérios já estabelecidos em resoluções da ANA e resoluções dos estados da Bahia e Minas Gerais. O **Sr. João Clímaco Soares (ONGS)** questionou o valor utilizado como pouca expressão, salientando os conflitos existentes na bacia. Em resposta o **Sr. Luiz Henrique (ANA)** esclareceu que o valor apresentado pelo comitê está condizente com a realidade hidrológica de disponibilidade da Bacia do Verde Grande e que há uma coerência dentro da bacia como um todo que é a do São Francisco. A **Sra. Jussara Cruz (OTEPS)** esclareceu que não existem valores de referência ou mesmo técnicas que apontem qual o valor adequado. A forma utilizada seria por meio de simulações, cenarização de balanços hídricos para apoio a decisão para definição de qual seria o valor insignificante ou de pouca expressão. Enfatizou a importância de se realizar o balanço hídrico e a obtenção sistemática de dados de confiança para revisões dos critérios quando necessário. O **Sr. Wilson Azevedo (Pescadores, Lazer e Turismo)** enfatizou que a disponibilidade hídrica na bacia do Verde Grande foi sempre crítica e que se o valor de 0,5 L/s foi decidido pelo comitê, não havia o que questionar. Feitos os esclarecimentos e, após a leitura da proposta de resolução, a matéria foi aprovada por unanimidade. **Item 5 - Proposta de Resolução que “aprova os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande”.** Matéria encaminhada pela CTCOB; Inicialmente, **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** comunicou que a proposta de Resolução que “aprova a Deliberação nº 54/2015 que indica a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo para desempenhar funções de Agência de Bacia da Hidrográfica do Rio Verde Grande” retornou a CTCOB para ser novamente apreciada, tendo em vista que a Nota Técnica da ANA, apresentada para subsidiar a aprovação da referida Deliberação, não foi suficientemente clara para demonstrar qual a estrutura proposta para a Agência Delegatária, seus custos e a viabilidade da sustentabilidade financeira. Informou que a Secretaria Executiva, em comum acordo com o Presidente da CTCOB, decidiu pelo retorno da matéria para a Câmara de origem, para que seja feita nova análise acerca da sustentabilidade financeira da AGB – Peixe Vivo como Agência Delegatária na Bacia do Rio Verde Grande, frente à apresentação de nova Nota Técnica da ANA. Sobre a proposta de resolução em pauta, a **Sra. Rafaela de Freitas (CNI)** solicitou que o IGAM, caso presente, e a FIEMG fizessem um breve relato sobre a matéria, visto ter ouvido falar de vícios processuais na condução deste tema no comitê. O **Sr. Deivid Lucas de Oliveira (FIEMG)** e **Vice-Presidente do Paranaíba**, informou que o segmento por ele representado foi contra a cobrança do Verde Grande porque o próprio Plano Estadual de Recursos Hídricos aponta que não há sustentabilidade para iniciar a cobrança naquela bacia, por se tratar de uma bacia pequena, de captação na calha e com poucos usuários. A cobrança para ter uma sustentabilidade mínima teria que acontecer nos estados da Bahia e de Minas Gerais e, segundo ele, o estado de Minas Gerais ainda não está preparado para



152 iniciar a cobrança. Com esta situação, a estimativa de arrecadação não conseguiria nem pagar o  
153 salário de um analista. Relatou problemas no trâmite da proposta de cobrança, que, inicialmente,  
154 nem havia uma deliberação sobre o assunto. Informou que o comitê aprovou *Ad Reverendum* a  
155 adesão da AGP Peixe Vivo como entidade delegatária. Que na atual situação a cobrança só  
156 poderia ser implementada em 3 anos. O **Sr. Giordano Bruno (ANA)** questionou se a CTIL iria  
157 se deter na análise dos mecanismos de cobrança aprovada pela CTCOB ou se iria misturar com  
158 a questão da Agência. Segundo ele, o próprio CNRH se resguardou em relação a isto, ao dizer  
159 que a cobrança só é implementada no momento que se tem uma agência instituída e definida.  
160 Não via impedimento de se analisar a proposta de Resolução uma vez que os mecanismos e  
161 valores foram aprovados pelo comitê e que a CTCOB já emitiu posicionamento favorável. O **Sr.**  
162 **Wilson Bonança (CNA)** entendeu como crucial e inédita a questão levantada pelo Sr. Giordano  
163 (ANA), e que a CTIL deveria se posicionar sobre o ponto de vista legal. Lembrou que para a  
164 implantação da cobrança é necessário que se tenha um comitê e que esse comitê tenha uma  
165 agência de bacia, que vai ser o braço operacional. Argumentou se iriam dar prosseguimento a  
166 análise da cobrança sem que a questão preliminar da agência estivesse sido equacionada. Não  
167 concordando que a matéria fosse apreciada neste momento. Após discussões, gerou-se um  
168 impasse em torno da análise da proposta de resolução sobre cobrança no Comitê Verde Grande  
169 de forma separada da proposta que indica a entidade delegatária. No entendimento de alguns  
170 membros o que se estava aprovando eram os mecanismos e valores de cobrança, e que esse  
171 procedimento não geraria conflito, uma vez que a cobrança começaria somente após a aprovação  
172 da agência pelo CNRH. O representante da ANA ressaltou, também, que cobrança se efetiva com  
173 a assinatura do contrato de gestão entre a ANA e a entidade delegatária. A **Sra. Livia Romano**  
174 **(CERH/RJ-SP)** argumentou que deveria ser respeitada a autonomia do comitê que se manifestou  
175 pela cobrança, e que este instrumento iria favorecer a constituição da entidade delegatária. Não  
176 havendo consenso, foi colocada em votação a retirada da matéria da pauta. Por 9 votos contrários,  
177 3 a favor e 2 abstenções, manteve-se a análise da proposta. Realizou-se a leitura dos artigos, não  
178 havendo solicitação de modificações ao texto. A proposta de resolução foi colocada em votação  
179 para a aprovação, obtendo-se 10 votos a favor, 1 contrário (Irrigantes) e 2 abstenções (CNA e  
180 CNI). **Item 6 – Proposta de Resolução que “prorroga o prazo da indicação da Associação**  
181 **Multissetorial de usuários de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari – ABHA,**  
182 **para desempenhar como entidade delegatária, até 31 de dezembro de 2016, funções de Agência**  
183 **de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba”;** A matéria foi defendida pelo Presidente do  
184 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, **Sr. Bento de Godoy Neto**. Inicialmente, o Sr.  
185 Bento ressaltou a importância da prorrogação de prazo da indicação da Associação Multissetorial  
186 de usuários de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari – ABHA para o Comitê  
187 do Paranaíba, uma vez que a entidade faz o papel de Secretaria-Executiva do Comitê. Explicou  
188 que a discussão sobre o início da cobrança encontra-se avançada; que já possuem o Plano de  
189 Bacia estabelecido, além de outras questões de conflitos de uso dentro da bacia. Com todas essas  
190 ações em andamento, a ausência de uma Secretaria-Executiva traria problemas para 2016, caso  
191 não houvesse a renovação. Em relação aos recursos financeiros, explicou, com o auxílio do  
192 representante da Agência Nacional de Águas, Sr. Nelson Freitas, que estes viriam do montante  
193 que sobrou de 2015, em torno de R\$ 150.000, somados a uma previsão junto à ANA de um  
194 repasse de mais R\$ 360.000,00, totalizando R\$ 510.000,00. Considerou que seria o suficiente  
195 para o CBH Paranaíba ter a sua Secretaria-Executiva e suas atividades garantidas para o próximo  
196 ano, atividades essas de manutenção do próprio Comitê e da estrutura de sua Secretaria-  
197 Executiva. O **Sr. Percy Soares Neto (CNI)**, enfatizou que mais uma vez foi solicitada uma  
198 prorrogação das entidades delegatárias sem que se apresentasse informação sobre a  
199 sustentabilidade econômico-financeira dessa renovação de uma maneira mais estruturada.  
200 Gostaria que tivesse uma nota técnica apresentando quais são os gastos e as receitas, e de onde  
201 vêm as receitas. Citou que o Presidente do Comitê falou no recurso que a ANA teria se  
202 comprometido a apoiar, seria importante que estivesse descrita essa fonte de recurso. Questionou

se esse recurso é dinheiro que advém do pagamento do setor elétrico e se havia um compromisso formal da ANA em aportar esse valor. Segundo enfatizado pelo **Sr. Percy Soares Neto**, seria fundamental ter essas informações estruturadas para qualificar a tomada de decisão da CTIL e, consequentemente, do CNRH. Esclareceu que o que estava pedindo não era nada diferente do pleito da indústria quando das renovações das entidades delegatárias anteriores, que não é uma invenção da indústria, é uma previsão que está na lei. O **Sr. Nelson Freitas**, representante da ANA, esclareceu que, embora não esteja escrito, há um compromisso efetivo da ANA em aportar estes recursos, apesar de ter havido, inicialmente, um posicionamento contrário em virtude das fortes restrições orçamentárias impostas. Mas que a Agência refez seu planejamento, o que possibilitou fazer este apoio. Esclareceu que se trata de uma prorrogação de prazo e que o comitê tem avançado na discussão sobre a cobrança nesses últimos meses, com a possibilidade de no próximo ano estabelecer a cobrança. O **Sr. Carlos Eduardo do Nascimento (Comitês de Bacia)**, perguntou se a ABHA seria apenas Secretaria Executiva do CBH Paranaíba. Ao ser respondido que sim, este não identificou problemas na aprovação do pedido de prorrogação. O Sr. Nelson Freitas esclareceu, por fim, que, em caráter de excepcionalidade, mediante autorização do CNRH, a Agência poderia aditar o Contrato de Gestão vigente pelo período solicitado pelo CBH Paranaíba, com a sobra de recursos já repassados no âmbito do contrato vigente, e eventual complementação com recursos provenientes da fonte 183. Informou que a ABHA vem atendendo, nos últimos 4 anos, de modo satisfatório, as funções de Secretaria Executiva do CBH Paranaíba, entendendo - se que a prorrogação visa, especialmente, assegurar o adequado funcionamento do CBH e suas instâncias na etapa final de aprovação da cobrança. Após esclarecimentos, foi realizada a leitura da proposta de resolução que prorroga o prazo da indicação da ABHA, para desempenhar como Entidade Delegatária, até 31 de dezembro de 2016, funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. A proposta foi aprovada com a abstenção do segmento das indústrias. [Item 7 – Proposta de Resolução que “estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST, para o mandato de 1º de dezembro de 2015 a 30 de novembro de 2017”](#); [Matéria encaminhada pela Secretaria-Executiva do CNRH](#). O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** esclareceu que a Secretaria Executiva do CNRH entrou em contato com os Conselheiros informando que o mandato da atual composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST venceria no dia 30 de novembro de 2015. Nesse sentido, foi solicitada a manifestação formal via e-mail sobre o interesse dos segmentos em participar da composição do próximo mandato da referida câmara técnica. Na sequência foi apresentada aos membros da CTIL a tabela de compilação das manifestações de interesse, contendo 12 interessados. Como ainda havia vaga para composição da Câmara, o representante das ONGs, João Clímaco Soares e a representante das Organizações Técnicas, Jussara Cruz, manifestaram interesse dos seus segmentos em compor com mais uma vaga. Ao final da análise da Proposta de Resolução que estabelece a composição da CTCOST, para o mandato de 1º de dezembro de 2015 a 30 de novembro de 2017, o Presidente da CTIL, Sr. Julio Thadeu Kettelhut, esclareceu que a composição preliminar de 14 membros, aprovada pela CTIL, seria enviada a plenária do CNRH onde poderia ser preenchida o restante das vagas. [Item 8 – Proposta de Resolução que “aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o exercício de 2016”](#); [Matéria encaminhada pela Secretaria-Executiva do CNRH](#). O **Sr. Julio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)**, informou que em atendimento ao que dispõe a Lei nº 9.433/1997 e o Regimento Interno do CNRH, a Secretaria Executiva do Colegiado elaborou seu programa de trabalho e respectiva proposta orçamentária anual para 2016. Foi explicado pela Sr. Roseli dos Santos Souza, Relatora da CTIL, que a proposta de número de reuniões de Câmaras Técnicas considerou a média dos últimos três anos, e que no caso das reuniões do CNRH foram previstas as duas reuniões ordinárias, obrigatórias pelo regimento e uma extraordinária. Por solicitação de representantes das Organizações Não

254 Governamentais; Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa; Pescadores; Irrigantes; e  
255 Comitês de Bacias Hidrográficas, foi acrescido à proposta de previsão de recursos financeiros  
256 necessários para o funcionamento da Secretaria Executiva do CNRH o valor de R\$ 80 mil,  
257 referente a “contingências para acompanhamento de situações críticas”. Ao final da análise da  
258 Proposta de Resolução, foi recomendada, por consenso, a sua aprovação pelo Plenário do CNRH,  
259 com a alteração citada. [Item 9 - Apresentação do Grupo de Trabalho acerca da análise dos](#)  
260 [Relatórios de Segurança de Barragens 2012/2013 e 2014](#). Na manhã do dia 13 de novembro, o  
261 **Sr. Julio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** deu início aos trabalhos com o último item  
262 da pauta. Informou que a Lei 12.334/2010 que criou a Política Nacional de Segurança de  
263 Barragem prevê que o Relatório de Segurança de Barragens, um dos instrumentos dessa Política,  
264 deve ser apreciado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, fazendo, se necessário,  
265 recomendações para melhoria da segurança das obras, bem como encaminhá-lo ao Congresso  
266 Nacional. Sendo de competência da Agência Nacional de Águas a elaboração do Relatório, de  
267 acordo com a Resolução CNRH nº144/2012. Informou que na 135ª Reunião da CTIL foi  
268 montado o Grupo de Trabalho para avaliar o Relatório 2012/2013 e 2014, sob a coordenação do  
269 Ministério de Minas e Energia. Ressaltou que havia um atraso quanto ao recebimento do RSB  
270 2012/2013 que foi entregue junto com o de 2014. Quanto à forma de envio para o Congresso  
271 Nacional, esclareceu que o CNRH deliberava por meio de Resolução, Moção ou Comunicação.  
272 A opção que a Secretaria achava mais viável seria por meio de Resolução, no entanto, deixou  
273 claro que ainda estava em aberto para o posicionamento da CTIL. O **Sr. Percy Soares (CNI)**,  
274 analisou que a competência do CNRH é de apreciar o Relatório ou seja manifestar-se sobre o  
275 documento, assim, o CNRH não teria poder deliberativo sobre o Relatório. Neste sentido, era do  
276 seu entendimento que a melhor forma de encaminhar o RSB ao Congresso Nacional seria por  
277 meio de Comunicação. Este mesmo entendimento foi seguido pelo, representante da CNA. Por  
278 outro lado, o Sr. Wilson de Azevedo Filho (**Pescadores, Lazer e Turismo**) manifestou-se pela  
279 Resolução, por entender que o CNRH precisa ser conclusivo em suas posições. O **Sr. Julio**  
280 **Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** estabeleceu que seria melhor dar seguimento a  
281 apresentação do Grupo de Trabalho e que depois retomaria a discussão sobre a forma de  
282 encaminhar o relatório. Passou, então, a palavra ao Sr. Gilson Machado da Luz, representante da  
283 Eletronorte e Coordenador do GT. O **Sr. Gilson Machado (MME)** se apresentou informando  
284 que trabalha na área de segurança de barragens da Eletronorte. Esclareceu que para a realização  
285 da análise não houve reunião presencial. Foi proposto um tempo para que o Grupo se  
286 manifestasse e que dos participantes inscritos recebeu contribuição apenas da Sra. Martha Sugai  
287 (OTEPS). Segundo ele, como os relatórios eram extensos eles resolveram analisar os relatórios  
288 de 2012/2013 e o de 2014 e depois fizeram algumas considerações, conclusões a respeito dos  
289 dois relatórios, em especial quanto ao atendimento da Resolução CNRH Nº144/2012. Ressaltou  
290 que, a medida que surgiam dúvidas sobre algum aspecto, entravam em contato com a ANA e  
291 acertavam ao longo da avaliação dos relatórios. A opção para realizar essa interação com a ANA  
292 foi para evitar que o parecer fosse extremamente extenso. Apresentou, por fim, o parecer final  
293 do GT, destacando algumas das considerações e conclusões, sendo elas: que o relatório atende  
294 a Resolução 144/2012, mas que seria necessária uma maior mobilização dos diversos entes  
295 envolvidos para dar eficácia; da dificuldade de se obter os dados, e quando se obtém na maioria  
296 das vezes não é conciso; que é fundamental que se continuem as ações de capacitação dos  
297 técnicos; que é importante estimular a criação e difusão de manuais orientativos que facilite o  
298 termo segurança e inspeção de barragens; realizar um esforço conjunto com as entidades  
299 produtoras e usuários de informações cartográficas, para a elaboração de um mapa inundação,  
300 principalmente para zonas de evacuação e zonas de auto salvamento, tendo em vista que um  
301 plano de ação emergencial é extremamente oneroso para os cofres das instituições; a finalização  
302 da especificação do Sistema Nacional de Informação sobre Segurança de Barragens - SNISB,  
303 que vai harmonizar a documentação de todas as barragens. Finalizou dizendo que o RSB precisa  
304 ser disponibilizado ao Grupo de Trabalho com certa antecedência para dar tempo de se realizar



uma análise mais detalhada. Ressaltou que os prazos estabelecidos para a elaboração do Relatório de Segurança de Barragem precisam ser cumpridos em cada edição. O **Sr. Wilson A. Bonança (Irrigantes)** solicitou esclarecimento se pela análise do relatório seria possível prever o risco, sendo possível antecipar o que ocorreu com a barragem de rejeito em Mariana. O **Sr. Gilson Machado (MME)** informou que o RSB tem um caráter mais expositivo e não operacional, e que as informações são fornecidas pelo próprio empreendedor, seguindo a Resolução CNRH 143/2012, cabendo aos órgãos reguladores fazerem as fiscalizações necessárias. O **Sr. Wilson A. Bonança (Irrigantes)** argumentou que as indicações de ações dedutíveis do relatório poderiam sair como uma recomendação para que as agências reguladoras tomassem as providências, e que isto seria competência do CNRH. O **Sr. Edmilson Rodrigues da Costa (IBRAM)**, informou que fazia parte do GT de Barragens, lamentou não ter havido a reunião presencial do GT. Parabenizou o relatório elaborado pela ANA e a análise do GT. Esclareceu que o Brasil estava 20 anos atrasado no que se referia a segurança de barragem. No seu entendimento, para este primeiro envio ao Congresso Nacional o CNRH deveria ter o cuidado para o que estava sendo dito. Devendo deixar claro que se trata de uma compilação de dados de órgãos que recebem informações auto declaratórias das empresas. Especificando, também, o tempo destes documentos em análise, para não confundir com o ocorrido em Mariana, que será objeto do próximo relatório. Salientou que o CNRH deveria ter um posicionamento diferenciado em relação ao tema, uma vez que a situação das barragens, em especial as de rejeito, é muito preocupante no país. Citou o caso do desastre de Mariana que ocorreu com uma empresa de grande porte, que é a Samarco, imaginou como não estariam as barragens ditas órfãs, que não têm mais donos. Por isso, orientou que o CNRH deveria se posicionar até onde era sua competência no tema, para não responder futuramente por atos que não lhe cabia. O **Sr. João Clímaco Soares (ONGS)** solicitou que o tema fosse tratado na plenária do CNRH e comentou que não recebeu a documentação deste item de pauta, sendo esclarecido que toda documentação foi enviada no prazo regimental e que as ONGS estavam representadas no GT pela Sra. Debóra Calheiros. A **Sra. Jussara Cruz (OTEPS)** informou que a Sra Martha Sugai realizou um trabalho junto com a ABRH disponibilizando o relatório e fazendo pesquisa com várias pessoas. Parabenizou o trabalho do GT, em especial pelo tempo curto e pela tarefa árdua. O **Sr. José Silveiro (Agricultura)** se desculpou por não ter contribuído com o Grupo, informou que leu o relatório e que achou satisfatório. Compartilhou a informação de que no estado de Minas Gerais existem quatro técnicos para fiscalizar 750 barragens. Gostaria que ficasse uma recomendação apontando que houvesse um número mínimo de técnicos por barragem. O **Sr. Gilson Machado (MME)** esclareceu que pela lei todos os órgãos devem informar a equipe técnica, mas que tem consciência de que é muito pouco, sendo uma das recomendações do parecer, o aumento deste efetivo e o fortalecimento dos órgãos. A **Sra. Jussara Cruz (OTEPS)**, concordou com a sugestão e acrescentou que esse tema deveria ser trabalhado pelo CNRH, depois de entender melhor o que ocorreu com Mariana, ou seja, quais itens podem ser melhorados no relatório, para que este documento possa dar uma sinalização melhor da hierarquização dos riscos, tornando-se um referencial para tomada de decisão dos gestores. O **Sr. Julio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** acrescentou que acredita que o papel mais oportuno do CNRH neste momento, tendo em vista que o desastre de Mariana ocorreu pós elaboração do relatório, são as recomendações que serão apontadas pelo GT e outras que viessem da CTIL. O **Sr. Alexandre Anderaos (ANA)** esclareceu como a ANA procede na elaboração do relatório, que além de fazer este documento a Agência fiscaliza as barragens de usos múltiplos. A dificuldade encontrada é que algumas entidades não mandam as informações. Todos os fiscalizadores têm a obrigação de fazer a classificação quanto ao risco e muitos não fazem. Segundo ele, é fundamental o envio deste relatório para o conhecimento do Congresso Nacional, porque os congressistas precisam estar cientes de que algumas empresas públicas com muitas barragens e não possuem recursos para operá-las. Citou como exemplo o DNOCS e a CODEVASF. A **Sra. Fernanda Laos (ANA)** fez alguns esclarecimentos em relação a itens que no seu entendimento estavam gerando confusão,

a exemplo da diferença de risco e de dano potencial associado. Segundo ela, a lei inseriu um novo conceito de risco e é o que deve ser seguido. Solicitou ajuda do CNRH para transformar o Relatório numa peça mais analítica e menos descritiva, tendo efeitos práticos. O **Sr. João Clímaco Soares** (ONGS) enfatizou que o tema fosse tratado na plenária do CNRH, bem como que fosse incorporado o manifesto que as ONGS fizeram em Minas Gerais. Na sequência o **Sr. Julio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** passou a leitura do relatório, atendo-se a parte final, item 3. Foi proposto pelos membros da CTIL adequações ao documento, de modo a dar clareza nas conclusões e recomendações. Quanto ao encaminhamento dos relatórios ao Congresso Nacional, foi consenso na CTIL de que o CNRH deveria se manifestar por meio de comunicação, uma vez que não haveria deliberação sobre o assunto. Sendo assim, foi elaborada uma proposta de comunicação, que após os considerandos teve a seguinte estrutura: encaminhar ao Congresso Nacional os Relatórios de Segurança de Barragens 2012/2013 e 2014, elaborados pela Agência Nacional de Águas e apreciados pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, contendo as recomendações pertinentes. [Item 10 - Assuntos Gerais e Encerramento](#). Por não haver mais itens de pauta para discussão, o **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** agradeceu a todos os presentes, encerrando a 136ª Reunião da CTIL.

Júlio Thadeu Silva Kettelhut

Roseli dos Santos Souza

Presidente

Relatora

Ata aprovada na 137ª Reunião da CTIL, realizada nos dias 24 de maio de 2016.